

**IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E
MONTAGENS S.A. - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 31 de dezembro de 2021**

Patrimônio Líquido negativo de R\$ 645.944.325,07

Receita Operacional Bruta 27.153.147,51

Resultado do período/Lucro R\$ 466.241.636,40

**IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E
MONTAGENS S/A –
Em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

Senhores Acionistas.

A Administração da IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem do Presidente

Encerramos o ano de 2021 com a sensação de missão parcialmente cumprida pois ainda estamos inseridos no ambiente de Recuperação Judicial.

Nos últimos 7 anos observamos uma redução significativa no volume de investimentos no setor de infraestrutura como um todo e, especificamente, nos setores de Energia e Óleo e Gás, que eram fortes demandantes de nossos produtos e serviços.

Já em 2021, os desafios foram inúmeros: pandemia, volatilidade no preço das commodities, pressão inflacionária, aumento do câmbio, aumento da taxa de juros, com efeitos diretos na economia, desincentivando novos investimentos.

Como contraponto ao cenário negativo do passado, temos a esperança que com a vacinação em massa da população, ocorrida em 2021, consigamos iniciar a retomada da atividade econômica e destravar novos investimentos.

O Governo Federal, através do Ministério de Infraestrutura, vem desempenhando um papel extraordinário na regulação e promoção de investimentos. A criação do PPI – Programa de Parcerias e Investimentos, a capacitação dos funcionários públicos das agências reguladoras e órgãos de controle, permitiu a volta do investidor privado no setor de infraestrutura. Nos últimos dois anos constatamos o aumento significativo de projetos que saíram do papel através da modalidade de Concessão e PPP's. Como estes investimentos são estruturados e complexos demandam tempo para serem desenvolvidos e implementados.

Acreditamos que pode levar entre um e dois anos até que estes investimentos cheguem a nós, demandando contratos de fornecimento de produtos e serviços.

Continuamos fortes e motivados. Fizemos nosso dever de casa novamente e revisitamos nossos custos operacionais e despesas administrativas para adequá-los



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

à situação atual. Definimos uma estrutura mínima necessária sem perder de vista a qualidade, segurança e competitividade. Ao longo de 2021, a empresa IESA Equipamentos Projetos e Montagens, continuou sendo demandada por players do setor elétrico para execução de reformas e montagem de equipamentos hidromecânicos.

No âmbito das despesas administrativas não conseguimos reduzir ainda mais, em virtude da magnitude dos nossos problemas que ainda são equivalentes aos de empresas de grande porte – principalmente nas áreas jurídica, relações com investidores e contabilidade.

No âmbito da execução do Plano de Recuperação Judicial, encontramos algumas dificuldades no final de 2021 para o cumprimento de alguns compromissos dentro do prazo estabelecido. Fato este motivado pela dificuldade na liberação de depósitos judiciais de negociações já encerradas e liquidadas. Um outro evento importante a ser ressaltado foi o sucesso da negociação tributária obtida junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) baseado na nova Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 14.112/2020). Antes da mudança da legislação, não havia um parcelamento de dívidas tributárias adequado para as empresas em crise. Agora, pela nova lei, elas podem escolher entre duas modalidades de parcelamento: em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em até 84 meses. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 2.382, editada pela PGFN, podendo prever prazo de pagamento de até 120 meses, com desconto de até 70% sobre juros e multas. Nosso acordo com a PGFN possibilitou uma redução total dos débitos no consolidado da IESA Projetos e IESA Óleo & Gás no valor de R\$ 392 milhões, sendo o saldo de R\$ 320 milhões a pagar parcelado em 120 meses.

Este ano de 2022 já começou com uma agenda intensa dedicada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Estamos focados na negociação com credores concursais, extra concursais e na liberação de depósitos judiciais que montam aproximadamente R\$ 200 MM, os quais serão integralmente utilizados para liquidação de credores e na manutenção do capital de giro da empresa. Com relação à expectativa de mercado para 2022, com o objetivo de promover o soerguimento das empresas nos próximos 5 anos, esperamos que os projetos de Concessões e PPPs leiloados durante o ano de 2021, tenham seus contratos assinados e iniciem a estruturação dos financiamentos necessários para dar início às obras e a compra de serviços e equipamentos. Entendemos que os setores de (i) Energia - na construção de novos projetos e na reforma de usinas hidroelétricas e termoelétricas se intensifiquem; (ii) Óleo & Gás - com a construção de novas plataformas e reforma de refinarias, (iii) Ferrovias - com a possibilidade de fornecimento de vagões e, por fim, (iv) Saneamento Industrial - na formação de parcerias para entrarmos no fornecimento de equipamentos e serviços.

Recentemente a Inepar S/A divulgou fato relevante dando conhecimento ao mercado que foi aberto o processo de leilão para alienação das UPI's IPM e IOG, com data prevista de abertura das propostas para o dia 28/04/2022 às 15 hs. O processo competitivo dar-se-á através de um modelo de *stalking horse*, uma vez que recebemos



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

uma proposta firme de um Fundo americano chamado Melville Capital Group, no valor de US\$ 125,000,000, equivalente a aprox. R\$ 600 milhões.

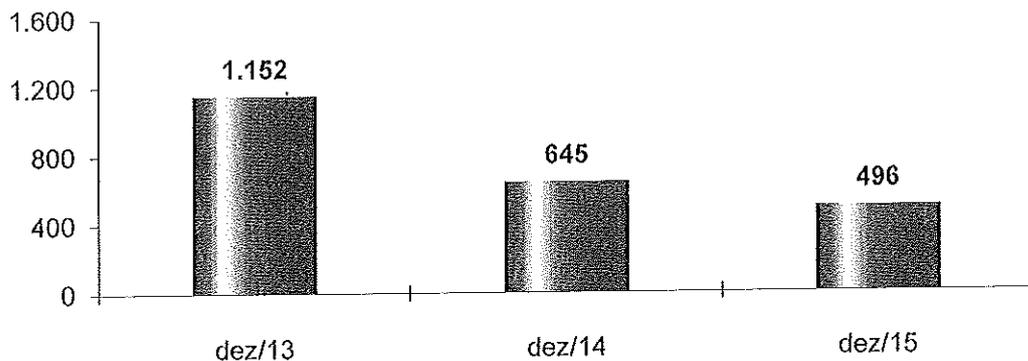
Agradecemos a confiança de todos que tem nos ajudado e apoiado na conclusão do Plano de Recuperação Judicial.

Desempenho 2021

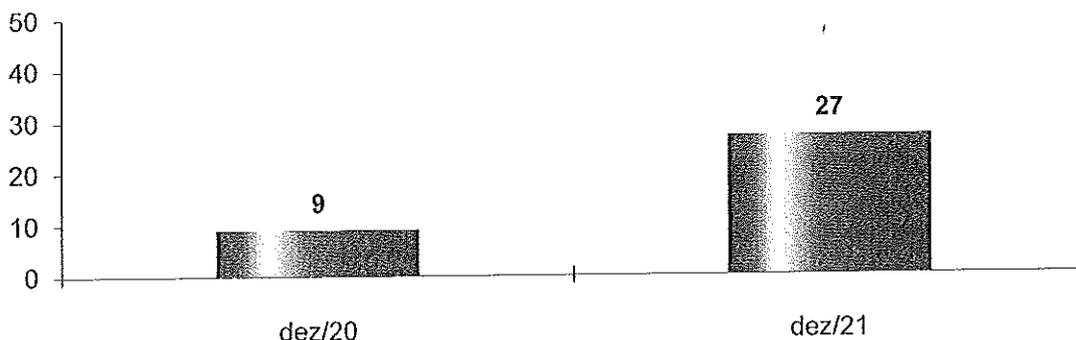
Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços. A Companhia reportou em 2021 uma receita bruta consolidada de R\$ 27,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2021 foi aproximadamente 300% (superior) ao mesmo período do ano anterior (2020). Nos últimos dois anos as receitas vêm apresentando a seguinte evolução:

**Receita Bruta em 31 de dezembro (Antes da Recuperação Judicial)
milhões de R\$**



**Receita Bruta em 31 de dezembro (após a Recuperação Judicial)
milhões de R\$**



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

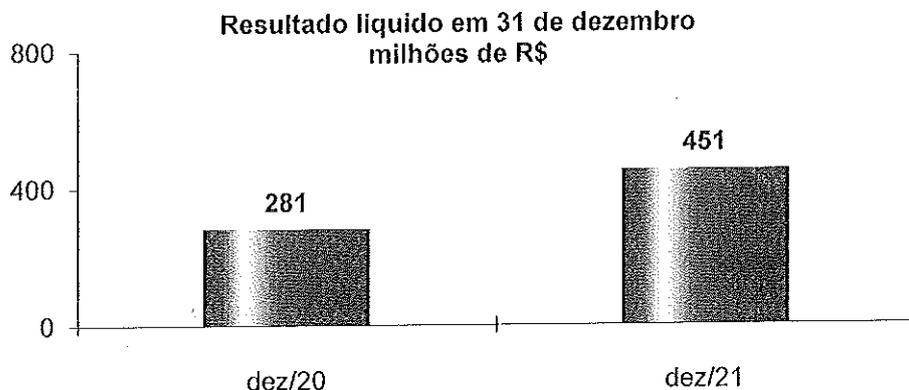
Caixa e Equivalentes

A Companhia terminou 2021 com Caixa e Equivalentes com valor de R\$10.1 milhões contra R\$ 128 mil referente ao período anterior. Situação desconfortável se considerar a recuperação judicial das Organizações Inepar para financiar a expansão vislumbrada pela Companhia e potenciais desafios frente ao ano de 2022.

Resultado Econômico

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 451,3 milhões em 2021, enquanto que no exercício anterior foi apurado lucro de R\$ 281,4 milhões, isto se deveu ao acordo assinado com a PGFN em dezembro de 2021 da Transação Individual, que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos.

O lucro líquido apurado em 2021 será aproveitado para absorção de prejuízos acumulados.



Transação Tributária e Perspectivas Futuras

Nos últimos ITR's e Balanços da Inepar S/A foi informado ao mercado, seus acionistas, colaboradores e parceiros que os resultados negativos apresentados se deviam principalmente em função das rígidas regras contábeis vigentes que não permitem a contabilização de determinados ativos ou ganhos.

Exemplo disso era a dívida tributária em negociação com a PGFN, cujas reduções eram conhecidas em função do teor das Portarias que regem as regras da Transação Tributária, porém não conseguíamos refletir isso nos nossos Balanços enquanto a Transação não fosse efetivamente homologada.

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

Ao final de 2021, a Companhia atingiu esse importante objetivo com a homologação tendo sido efetivada, o que gerou ganhos contábeis da ordem de R\$ 392 milhões, contribuindo decisivamente para o resultado positivo de R\$ 451 milhões em 2021.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, o Grupo Inepar/lesa, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar/lesa e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo do Grupo Inepar/lesa sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da Controladora passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização das Companhias.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Controladora ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Em 17/12/2021, em complemento às propostas de pagamento anteriormente apresentadas no Juízo da Recuperação Judicial, a Inepar S/A apresentou uma nova proposta que visa o encerramento da Recuperação Judicial, com o pagamento das



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

dívidas concursais apontadas no primeiro biênio da Recuperação Judicial, bem como o pagamento de credores extraconcursais e capital de giro necessário ao processo de soerguimento da Companhia.

Esta proposta baseia-se na liberação de penhoras e bloqueios judiciais da ordem de R\$ 200 milhões, sendo parte dos valores o depósito judicial feito pela TUPI/PNBV relativo à segunda parcela da Arbitragem já amplamente discutida nos relatórios anteriores.

Outro aspecto importante é que como dívida concursal hoje, somente resta o BNDES, e que continuamos na busca de uma solução da dívida junto ao Banco, que permita a continuidade das nossas operações e o soerguimento das empresas, fundamental para o pagamento desta e outras dívidas extraconcursais.

Vale salientar que até o momento a empresa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 376,2	R\$ 397,5	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito, se somarmos os valores liquidados na Classe II de R\$ 151 milhões e na Classe III de R\$ 741 milhões).

A Inepar S/A está em discussão com o BNDES relativo à dívida total, bem como em relação ao valor a ser quitado dentro do biênio para encerramento da Recuperação Judicial.

Da Continuidade das operações

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso

**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

do nosso país, as Empresas das Organizações Inepar efetivaram diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da Ilesa Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da Ilesa Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A; (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018; (vii) Venda do imóvel localizado no município de São Vicente e (viii) Venda do imóvel localizado em Curitiba, realizada em agosto/20.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas; e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

Nesse sentido, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que fixou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado nos Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.

- b) Estes créditos serão utilizados pela Inepar S/A, principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC. Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 887 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 42%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos. Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.
- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributário da Controladora e suas e suas controladas da ordem de R\$ 1,4 bilhões.
- g) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos são em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

É oportuno destacar que o Grupo Inepar/lesa tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

Ressalta-se que a administração dispõe de relatórios pormenorizados quantitativos e qualitativos destes ativos, que não foram incluídos na contabilização do Balanço ora auditado pelos auditores independentes.

No curto prazo, as empresas tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como estão empenhadas em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes na infraestrutura.

Por fim, destacamos que o cumprimento do Plano de Pagamentos, protocolado no juízo da RJ em 17/12/2021, será fundamental para o soerguimento das empresas, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a IESA informa que neste exercício encerrado em 31/12/2021 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que as



**IESA-PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A - Em
Recuperação Judicial
CNPJ Nº 29.918.943/0008-56**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021**

Empresas apresentam as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”*

AGRADECIMENTOS

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos seus colaboradores, por todo o empenho dispensado ao longo do ano, bem como aos seus clientes, fornecedores, instituições financeiras, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido em 2021.



IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.176	104	10.191	128
Contas a receber de clientes	7	4.104	2.176	4.191	501.135
Estoques	8	8.936	5.831	8.936	5.832
Tributos a recuperar	9	51.726	1.725	71.625	18.519
Dividendos a receber	10	-	-	15.696	73
Outros créditos	12	679	1.300	1.329	1.586
Total do Ativo Circulante		76.621	11.136	111.988	527.273
Não Circulante					
Contas a receber de clientes	7	89.467	-	89.467	-
Partes relacionadas	22	20	39.316	614	37.668
Tributos a recuperar	10	31.214	4.899	57.220	20.478
Depósitos judiciais	11	8.936	8.794	200.973	53.250
Outros créditos	12	-	-	58	33
Investimentos	13	149.141	39.691	80.847	94.808
Imobilizado	14	15.408	15.894	120.686	124.666
Intangível	15	-	-	2.315	4.412
Total do Ativo Não Circulante		294.186	108.694	552.180	335.315
Total do Ativo		369.807	119.730	664.148	862.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
Contador - CPF: 667.583.788-53
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores		21.226	29.835	40.061	58.388
Empréstimos e financiamentos	18	23.329	20.410	169.994	215.022
Obrigações sociais e trabalhistas	17	39.090	72.204	137.544	175.847
Obrigações fiscais e tributárias	18	56.346	402.136	76.240	574.249
Provisão de custos e encargos	20	-	-	-	126.297
Adiantamentos sobre encomendas	21	34.803	34.807	34.803	38.735
Dividendos propostos		-	-	24	24
Outras contas a pagar	24	75.223	78.703	79.348	85.917
Total do Passivo Circulante		250.017	638.095	538.014	1.274.479
Não Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	17	2.404	2.577	2.404	2.577
Obrigações fiscais e tributárias	18	231.485	66.564	320.459	119.187
Partes relacionadas	22	460.626	407.737	308.835	392.810
Tributos diferidos	19,1	41.704	8.520	57.647	24.147
Provisões para contingências	23	45.355	92.003	75.886	137.677
Provisão para passivo a descoberto	13	-	2.645	6.847	9.254
Total do Passivo Não Circulante		781.574	680.046	772.078	685.652
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	25a	200.809	200.809	200.809	200.809
Prejuízos acumulados		(938.899)	(1.375.461)	(938.899)	(1.375.461)
Ajuste de avaliação patrimonial		76.306	76.241	76.306	76.241
		(661.784)	(1.098.411)	(661.784)	(1.098.411)
Patrimônio líquido dos minoritários		-	-	15.840	868
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(661.784)	(1.098.411)	(645.944)	(1.097.543)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		369.807	119.730	664.148	862.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
 Contador - CPF: 667.583.788-53
 CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração de Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	28	8.715	6.045	24.385	7.681
Custos dos produtos e serviços		(11.870)	(3.631)	(15.801)	(5.287)
Lucro bruto		(3.155)	2.414	8.584	2.394
Receitas [Despesas] operacionais		447.246	254.367	491.251	315.023
Despesas com vendas		(587)	(1.118)	(2.591)	(2.512)
Administrativas e gerais		(19.532)	(19.003)	(48.388)	(40.600)
Outras receitas e despesas operacionais	28	355.527	(118.635)	538.455	369.347
Resultado da equivalência patrimonial	13	111.838	393.123	3.775	(11.212)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		444.091	256.781	499.835	317.417
Despesas financeiras	27	(34.081)	(26.109)	(87.699)	(65.661)
Receitas financeiras	27	33.229	363	35.928	857
Resultado antes dos tributos s/ o lucro		443.239	231.035	448.064	252.613
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Correntes	19.2	-	-	-	-
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Diferidos	19.2	(6.870)	(3.620)	3.241	28.818
Resultado antes da participação s/ o lucro		436.369	227.415	451.305	281.431
Lucro Líquido do exercício		436.369	227.415	451.305	281.431
Atribuído a:					
Participação acionistas controladores				466.241	335.447
Participação acionistas minoritários				(14.936)	(54.016)
				451.305	281.431
Quantidade de ações ao final do exercício		<u>200.808.514</u>	<u>200.808.514</u>		
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>2.173,06</u>	<u>1.132,50</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
 Contador - CPF: 667.583.788-53
 CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F. - N° 29.918.943/0008-56

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr. Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
			Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2020	200.809	(1.603.071)	7.267	74.289	(1.320.706)	(52.449)	(1.373.155)
Lucro do exercício		227.415			227.415	54.016	281.431
Ajustes de Instrumentos Financeiros				4.477	4.477	-	4.477
Ganho na conversão de debêntures perpétuas				(9.597)	(9.597)	(1.309)	(10.906)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior					-	610	610
Outros Resultados Abrangentes					(5.120)	(699)	(5.819)
Resultado Abrangente Total					222.295	53.317	275.612
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		195	(195)		-		-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	200.809	(1.375.461)	7.072	69.169	(1.098.411)	868	(1.097.543)
Lucro do exercício		436.369			436.369	14.937	451.306


JAIR MALPICA
 Contador - CPF: 667.583.788-53
 CRC-ISP 100-417/06 S RJ

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - N° 29.918.943/0008-56

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>436.369</u>	<u>227.415</u>
Ajustes de Instrumentos Financeiros	258	4.477
Ganho na conversão de debêntures perpétuas	-	(10.908)
Ajuste Conversão s/ Collgada no Exterior	35	610
Participação dos Minoritários	<u>14.937</u>	<u>54.016</u>
Resultado Abrangente do exercício	<u>451.599</u>	<u>275.612</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


JAIR MALPICA
Contador - CPF: 667.583.788-53
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	436.369	227.415	436.369	227.415
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	1.902	2.286	5.575	14.682
Baixas de imobilizado	-	8.090	1.918	10.592
Resultado da avaliação de investimentos	(111.838)	(393.123)	(3.775)	11.212
Participação de acionistas minoritários	-	-	14.936	54.016
Variações monetárias e cambiais	2.919	9.683	44.038	44.041
Provisões (Reversões)	(46.648)	38.738	(188.087)	(18.581)
Atribuição do valor justo sobre propriedade para investimento	-	-	-	7.711
Lucro do exercício ajustado	282.704	(106.911)	310.974	351.088
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de clientes	(91.395)	7.193	407.477	(374.244)
Estoques	(3.105)	1.529	(3.104)	1.529
Tributos a recuperar	(43.131)	4.831	(56.348)	15.858
Outros créditos	479	6.003	(147.491)	6.042
	(137.152)	19.556	200.534	(350.815)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	(8.608)	(3.266)	(18.327)	(26.502)
Obrigações sociais e trabalhistas	(33.288)	(128.576)	(38.476)	(206.266)
Obrigações fiscais e tributárias	(180.869)	211.243	(296.738)	374.808
Provisões Impostos Diferidos	-	(320)	-	(42.928)
Adiantamentos sobre encomendas	(5)	(26.540)	(3.932)	(110.058)
Outras contas a pagar	(3.480)	(441)	(6.535)	(3.592)
	(226.248)	52.100	(364.006)	(14.536)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(80.696)	(35.255)	147.502	(14.263)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	65	-
Aquisições de novos investimentos	-	(600)	-	(600)
Ganho sobre participações	-	-	(100)	(10.208)
Aquisições imobilizados e intangíveis	(1.416)	(235)	(1.416)	(235)
Títulos e Valores Mobiliários	-	600	-	600
Partes relacionadas	39.295	(12.423)	37.053	25.832
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	37.879	(12.658)	35.602	15.389
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	6.200	17.816
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-	(1.652)	(95.266)	(53.744)
Partes relacionadas	52.889	49.294	(83.975)	34.523
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	52.889	47.642	(173.041)	(1.405)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	10.072	(271)	10.063	(279)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	104	375	128	407
Saldo final do caixa e equivalentes	10.176	104	10.191	128
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES	10.072	(271)	10.063	(279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
 Contador - CPF: 667.583.788-53
 CRC-1SP 100-417/08 S RJ

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS	287.405	(73.024)	603.575	518.920
Venda de mercadorias, produtos e serviços	11.004	7.617	26.772	9.229
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.635)	(1.386)	(5.594)	(1.194)
Outras Receitas/Despesas	280.036	(79.255)	582.397	510.885
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	56.373	(51.694)	(86.254)	(128.959)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(7.249)	(2.359)	(9.689)	(4.016)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	63.622	(49.335)	(76.565)	(124.943)
VALOR ADICIONADO BRUTO	343.778	(124.718)	517.321	389.961
Depreciação e Amortização	(1.902)	(2.286)	(5.574)	(14.681)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	341.876	(127.004)	511.747	375.280
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	145.067	393.486	39.703	(10.355)
Resultado de Equivalência Patrimonial	111.838	393.123	3.775	(11.212)
Receitas Financeiras	33.229	363	35.928	857
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	486.943	266.482	551.450	364.925
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	6.272	6.272	11.047	11.047
Salários e encargos	3.217	3.217	6.401	6.401
Benefícios	1.954	1.954	3.045	3.045
FGTS	1.101	1.101	1.601	1.601
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	9.904	6.368	963	6.350
Federais	8.554	5.550	(449)	5.530
Estaduais	1.344	811	1.406	813
Municipais	6	7	6	7
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	34.398	26.427	88.135	66.097
Juros	34.080	26.109	87.699	65.661
Aluguéis	318	318	436	436
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	436.369	227.415	451.305	281.431
Lucro do exercício	436.369	227.415	436.369	227.415
Participação de acionistas minoritários	-	-	14.936	54.016
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	486.943	266.482	551.450	364.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
 Contador - CPF: 667.583.788-53
 CRC-1SP 100-417106 S RJ

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 29.918.943/0008-56, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0019699 6. Está sediada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Manoel de Abreu, s/nº - KM 4,5 – Zona Rural, CEP 14.806-500.

A Companhia tem como atividade preponderante oferecer, para os setores de infraestrutura e indústria, estudos e projetos de engenharia, prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração, execução de serviços de construções, montagens e assistência técnica relacionada às áreas de siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo; gás; química e petroquímica; portuário; metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose; linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica e telecomunicações.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/IESA detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento o Grupo Inepar/IESA está buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, o pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Iesa Projetos no capital da TISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Iesa Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais do Grupo Inepar/Iesa, o total deste FIDC é de R\$ 619.100 milhões.

A Inepar/Iesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão.

Por fim, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que determinou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irreatável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17/12/2021 em revisão à petição do dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de parte do capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 376,2	R\$ 397,5	R\$ 2.276,7

Conforme acima mencionado para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito total mais classes II e III), A Controladora está mantendo contatos com o BNDES a fim de equacionar esta pendência. Esta dívida junto ao BNDES está registrada na Controladora Inepar S/A Indústria e Construções.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Nota 1.2 Impactos da Covid-19 nas Demonstrações financeiras

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar nas Demonstrações financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2022.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação %</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IESA Óleo & Gás S.A.	88	88
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	100	100

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei N° 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei n° 11.638/07 e Lei n° 11.941/09, e pela NBC TG 36 (R3) e alterações incluídas através da IFRS 10, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Destaque dos valores das participações dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado; e,
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente- A partir de 1/1/2018 entrou em vigor essa norma que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos serviços prometidos a um cliente;

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 – Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia.



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste exercício não tivemos novas normas emitidas pela IASB que tenham tido impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

<u>Descrição da norma</u>		<u>Data Efetiva</u>
CPC6 R2/IFRS16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
ICP C22/IFRIC23	Incerteza s/tratamento de Trib.sobre o Lucro (IRPJ e CSLL)	1º de janeiro de 2019
CPC 00 R2	Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro	1º de janeiro de 2020
CPC 15 R1/IFRS3	Combinação de Negócios	1º de janeiro de 2020
CPC 26 R1/IAS1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2020

CPC06 (R2) /IFRS16-Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06 (R1) /IAS17)

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixos valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da Deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale à IFRS em questão. A Empresa adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC22/IFRIC23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL)

Contexto da interpretação-itens 1, 2 e 3:

1. O CPC 32- Tributos sobre o Lucro especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32, com base na legislação tributária aplicável.
2. Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Conseqüentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da Companhia.
3. Nesta interpretação: (a) “tratamentos fiscais” referem-se aos tratamentos utilizados pela Companhia ou que ela planeja utilizar nas apurações dos tributos sobre o lucro; (b) “autoridade fiscal” refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária. Isso pode incluir tribunais; (c) “tratamento fiscal incerto” é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação

Alcance da interpretação: 4. Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Questões da interpretação: 5. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata: (a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC00-R2- Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro

Esse novo CPC/IFRS esclarece as definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

CPC15-R1/IFRS 3- Combinação de Negócios:

Definição de negócios Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC26-R1/IAS1: Definição de Omissão Material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Outras Normas Contábeis a serem Implantadas, Além das Citadas Anteriormente

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais -

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado -

O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados, são iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• **Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Exposição a Juros

As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à TJLP e os contratados em moeda estrangeira, são atrelados a taxas de juros pós-fixadas.

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIAS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				balanço patrimonial Circulante		
Caixa e bancos	104	-	104	Fornecedores	29.835	29.835
Aplicações financeiras	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	20.410	20.410
Contas a receber	-	2.176	2.176	Outras contas a pagar	78.703	78.703
Títulos valores mobiliários	-	-	-			
Outros créditos	-	1.300	1.300			
Total circulante	104	3.476	3.580	Total circulante	128.948	128.948
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Outros créditos	-	-	-			
Total não circulante	-	-	-	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	104	3.476	3.580	TOTAL GERAL	128.948	128.948

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	10.176	-	10.176	Fornecedores	21.226	21.226
Contas a receber	-	4.104	4.104	Empréstimos e financ. (a)	23.329	23.329
Outros créditos	-	679	679	Outras contas a pagar	75.223	75.223
Títulos e valores mobiliários	-	-	-			
Total circulante	10.176	4.783	14.959	Total circulante	119.778	119.778
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	89.467			
Total não circulante	-	89.467	89.467	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	10.176	94.250	104.426	TOTAL GERAL	119.778	119.778

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	128	-	-	128	Fornecedores	58.388	58.388
Aplicações financeiras	-	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	215.022	215.022
Contas a receber	-	501.135	-	501.135	Títulos a pagar	-	-
Títulos valores mobiliários	-	-	-	-	Outras contas a pagar	85.917	85.917
Outros créditos	-	1.586	-	1.586	Total Circulante	359.327	359.327
Total circulante	128	502.721	-	502.849	Não circulante		
Não circulante					Empréstimos e financ. (a)	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	Total Não circulante	-	-
Outros créditos	-	-	33	33			
Total Não circulante	-	-	33	33	TOTAL GERAL	359.327	359.327
TOTAL GERAL	128	502.721	33	502.882			

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total		Custo amortizado	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	10.191	-	-	10.191	Fornecedores	40.061	40.061
Contas a receber	-	4.191	-	4.191	Empréstimos e financ. (a)	169.994	169.994
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	Outras contas a pagar	79.348	79.348
Outros créditos	-	1.329	-	1.329	Total Circulante	289.403	289.403
Total circulante	10.191	5.520	-	15.711	Não circulante		
Não circulante					Empréstimos e financ. (a)	-	-
Contas a receber	-	89.467	-	89.467	Total não circulante	-	-
Outros créditos	-	-	58	58			
Total não circulante	-	89.467	58	89.525	TOTAL GERAL	289.403	289.403
TOTAL GERAL	10.191	94.987	58	105.236			

(a) Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	10.176	104	10.191	128

Caixa e equivalentes incluem as contas de caixa, contas correntes bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 7 – CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Clientes Interno	137.362	46.648	139.686	46.647
Clientes externo	2.589	2.589	2.589	501.549
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(46.380)	(47.061)	(48.617)	(47.061)
Total Circulante	93.571	2.176	93.658	501.135
Circulante	4.104	2.176	4.191	501.135
Não circulante	89.467	-	89.467	-

No valor de R\$ 501.549 no consolidado em 2020, estão inclusos os valores referentes a arbitragem incorrida contra a Tupi B.V e Petrobrás Netherlands B.V (PNBV) por conta da indenização/ ressarcimento de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme estabelecidos nos contratos assinados entre a Iesa Óleo & Gás e as respectivas empresas.

Em dezembro de 2020 a Corte de Arbitragem deliberou que a controlada Iesa Óleo & Gás, teria direito a um ressarcimento/indenização de valor aproximado de US 107 milhões.

Posteriormente em 2021, a Iesa Óleo & Gás e as empresas acima citada assinaram um acordo em US\$ 96 milhões, finalizando deste modo o processo arbitral.

Os valores contabilizados em Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

O valor de R\$ 89.467, classificado no ativo não circulante, refere-se ao pleito discutido judicialmente e reconhecido em 30 de junho de 2021, com trânsito em julgado e crédito constituído sobre o reconhecimento da causa em favor da empresa,

A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2020	(47.061)
(-)Ajuste de provisão	681
Saldos em 31/12/2021	(46.380)



IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos em elaboração	2.750	1.436	2.750	1.436
Insumos e materiais	4.506	4.395	4.506	4.396
Adiantamentos a fornecedores	1.636	-	1.636	-
Importação em andamento	44	-	44	-
	8.936	5.831	8.936	5.832

O saldo de estoques em elaboração refere-se aos custos das obras em andamento que foram apurados pela Companhia e que ainda não foram faturados aos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Quanto ao saldo dos estoques de insumos e materiais, refere-se aos produtos comprados e que ainda não foram requisitadas para a linha de fabricação.

NOTA 9 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
INSS Retido na Fonte	15	8	15	8
ICMS	528	1.372	633	1.525
IPI	85	25	122	25
Créditos PIS/COFINS a Compensar	10	107	3.190	116
IRPJ Diferido S/Diferenças Temporárias	22.951	3.602	42.073	15.081
CSLL Diferido S/Diferenças Temporárias	8.263	1.297	15.147	5.397
IRRF/ CSLL Retido na Fonte	-	9	157	9
Créditos Reintegra (a)	205	204	16.819	16.819
Outros (b)	50.883	-	50.689	17
	82.940	6.624	128.845	38.997
Circulante	51.726	1.725	71.625	18.519
Não circulante	31.214	4.899	57.220	20.478

(a) Refere-se aos créditos de ressarcimento do programa Reintegra obtidos pelas exportações dos materiais do Projeto de Charqueadas, fornecimentos de equipamentos para a Tupi-BV;

(b) Refere-se ao crédito do Pis e Cofins sobre o ICMS, recuperado conforme Decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 10 – DIVIDENDOS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a receber	15.696	73
	<u>15.696</u>	<u>73</u>

Refere-se a dividendos a receber de empresas constituídas para fins específico de realizar projetos de infraestrutura, valores registrados na controlado IESA S/A Óleo & Gás S/A.

NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	3.363	3.363	12.282	6.636
Cíveis	5.573	5.431	188.691	46.614
Total	8.936	8.794	200.973	53.250

Trabalhistas – Referem-se às reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios em que a Companhia está discutindo judicialmente.

Cíveis – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança, indenização e valores bloqueados por instituições financeiras, cujos valores a empresa está em tratativas para a devolução dos mesmos.

No consolidado o valor de R\$ 188.691 refere-se principalmente aos valores recebidos da Arbitragem da Tupy/BNV.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a empregados	310	347	594	347
Adiantamentos a fornecedores	-	19	-	19
Venda de investimentos	219	112	219	112
Outros	150	822	574	1.141
Total	679	1.300	1.387	1.619
Circulante	679	1.300	1.329	1.586
Não circulante	-	-	58	33

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas e Coligadas (a)	149.141	39.691	36.794	50.755
Propriedade para Investimento (b)	-	-	44.053	44.053
	149.141	39.691	80.847	94.808

(a) Participações em empresas controladas e coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Investimentos	
					31/12/2021	31/12/2020
<u>Controladas e Coligadas</u>						
IESA Óleo & Gás S.A.	102.996	131.999	124.468	109.532	116.160	6.370
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	56.747	32.381	340	340	32.381	32.721
FIDC (c)	620.180	615.281	8.620	2.646	600	600
				112.518	149.141	39.691

	Quantidade de ações (em milhares)	Participação em %	Participação no capital votante em %
	O. N.	%	em %
<u>Controladas e Coligadas</u>			
IESA Óleo & Gás S.A.		58,077	88,00
IESA Tecnologia e Transportes S.A.		56,747	100,00

b) Propriedade para investimento

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo preço de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia.

Investimentos consolidado

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2020							
RIG Oil & Gas	36.959	21.785	(569)	15.174	16,66%	2.528	(95)
QUIP S.A.	129.571	173.368	(59.226)	43.797	13,25%	-	(7.847)
QGI INC	114.630	8.407	2.713	106.223	20,00%	21.245	543
QGI BRASIL	164.444	29.360	(1.859)	135.084	19,53%	26.382	(364)
QUEBEC - Cons ¹	60	-	(56)	(4)	35,00%	-	(19)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC @	-	-	-	-	-	600	(784)
TOTAL	445.664	232.920	(58.996)	212.680		94.808	(8.566)
Em 31 de Dezembro de 2021							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	49.162	13,25%	-	(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC - Cons ¹	452	392	(891)	60	35,00%	-	(312)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC @	-	-	-	-	-	600	-
TOTAL	434.331	295.729	1.557	138.602		80.847	346

e) FIDC Taranis

Corresponde ao Fundo de investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente. As cotas do fundo serão resgatadas em virtude de liquidação do Fundo, em conformidade com o disposto no regulamento.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Locação maq. e Equipamentos	Beneficiárias em Prop. de Terceiros	Informática Hardware/Software	Outras Imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação		2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	10%	10 e 20%	20%	10 a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2020									
Custo	-	7.845	29.501	1.107	1.709	1.179	8.462	-	49.803
Depreciação Acumulada	-	(3.620)	(19.818)	(1.069)	(1.613)	(603)	(7.186)	-	(33.809)
Valor contábil líquido	-	4.225	9.683	38	96	576	1.276	-	16.894
Adições	-	-	1.411	-	-	-	5	-	1.416
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(247)	(971)	(4)	-	(73)	(607)	-	(1.902)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	3.978	10.123	34	96	503	674	-	15.408
Em 31 de Dezembro de 2021									
Custo	-	7.845	30.912	1.107	1.709	1.179	8.467	-	51.219
Depreciação Acumulada	-	(3.867)	(20.789)	(1.073)	(1.613)	(676)	(7.793)	-	(35.811)
Valor contábil líquido	-	3.978	10.123	34	96	503	674	-	15.408

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Locação maq. e Equipamentos	Benfeitorias em Prop. de Terceiros	Informática Hardware/Software	Outras Imobilizações	Total
	Taxas anuais de depreciação		4%	10, 15 e 20%	10%	20%	10 e 20%	20%	10 a 30%
Em 31 de Dezembro de 2020									
Custo	7.212	23.165	47.127	3.917	1.709	2.294	13.771	79.770	178.966
Depreciação Acumulada	-	(5.522)	(30.183)	(3.412)	(1.613)	(835)	(11.879)	(857)	(54.300)
Valor contábil líquido	7.212	17.643	16.944	505	96	1.459	1.892	78.913	124.666
Adições	-	-	1.411	-	-	-	5	-	1.416
Baixas	-	-	(3.638)	(194)	-	-	-	-	(3.832)
Depreciação	-	(303)	(2.001)	(167)	-	(117)	(689)	-	(3.477)
Baixas da Depreciação	-	-	1.762	151	-	-	-	-	1.913
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	(303)	(2.466)	(210)	-	(117)	(884)	-	(3.980)
Em 31 de Dezembro de 2021									
Custo	7.212	23.165	44.900	3.723	1.709	2.294	13.776	79.770	176.549
Depreciação Acumulada	-	(5.825)	(30.416)	(3.429)	(1.613)	(953)	(12.770)	(857)	(55.863)
Valor contábil líquido	7.212	17.340	14.484	294	96	1.341	1.006	78.913	120.686

A Companhia procedeu à avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos da Companhia foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Consolidado	Software	Software arrendado	Implantação de Novos Processos	Implantação de ERP em Andamento	Total
	Em 31 de Dezembro de 2020				
Custo	9.174	15.908	937	8.994	35.012
Amort. Acumulada	(17.019)	(12.640)	(942)	-	(30.600)
Valor líquido contábil	(7.845)	3.268	(5)	8.994	4.412
Amortização	(543)	(1.555)	1	-	(2.097)
Saldo Final	(8.388)	1.713	(4)	8.994	2.315
Em 31 de Dezembro de 2021					
Custo	9.174	15.908	937	8.994	35.012
Amort. Acumulada	(17.549)	(14.208)	(941)	-	(32.698)
Valor líquido contábil	(8.375)	1.700	(4)	8.994	2.315

NOTA 16 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Modalidades				
Arrendamentos Financeiros(a)	-	-	55.304	50.246
Capital de Giro	23.329	20.410	114.690	164.776
Total Circulante	23.329	20.410	169.994	215.022
Por data de vencimento				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos em negociação	23.329	20.410	169.994	203.761
Em até 12 meses	-	-	-	11.261
Total de empréstimos e Financiamentos	23.329	20.410	169.994	215.022

- a) Refere-se a um contrato de arrendamento mercantil financeiro de máquinas/equipamentos pactuado pela controlada IESA Óleo e Gás, sendo os bens adquiridos ao final do contrato, tendo como contrapartida no registro inicial, a rubrica de ativo imobilizado. A IESA Óleo&Gás está em renegociação com o credor visando a regularização do passivo.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	13.421	31.808	48.383	65.612
INSS a recolher	181	5.846	222	7.810
FGTS a recolher	23.734	27.759	73.509	80.684
IRRF a recolher	2.849	7.818	2.850	8.661
Provisão de férias e encargos	819	776	1.057	1.679
Outros	490	774	13.927	13.978
Total	41.494	74.781	139.948	178.424
Circulante	39.090	72.204	137.544	175.847
Não circulante	2.404	2.577	2.404	2.577

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
INSS parcelamento	-	86	-	95
ISS a recolher	5.886	5.543	11.436	10.767
ISS parcelamento	2.178	2.100	5.915	5.681
Pis/Cofins a recolher	914	61.737	1.390	61.742
Pis/Cofins diferidos	20.959	11.123	21.353	11.414
PIS/COFINS Parcelamento	-	-	-	16
ICMS a recolher	9.828	9.831,00	11.826	11.773
Impostos e contribuições a recolher-diversos	1.475	1.707	3.590	1.733
Parcelamentos Transação Individual PGFN (a)	246.591	-	341.189	-
Outros (b)	-	376.573	-	590.235
Total	287.831	468.700	396.699	693.436
Circulante	56.346	402.136	76.240	574.249
Não circulante	231.485	66.564	320.459	119.187

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.
- O parcelamento dos demais débitos devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de até 70% das parcelas.
- Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.
- Os ganhos obtidos na referida operação foi no montante de R\$ 287.321 na controladora e R\$ 414.599 no consolidado, conforme Termo de Transação Individual e os valores foram contabilizados em contrapartida da conta de "Recuperação de Despesas – Transação Individual".

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento solicitado através da Lei nº 11.941/09, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos da Lei nº 12.996. Em janeiro de 2020, a Empresa ingressou com requerimentos formulado com base no disposto da Lei nº 13.988/2020 (conversão da Medida Provisória nº 899/2019), agora regulamentada pela Portaria PGFN nº 11.956/2019, que apresenta proposta de transação individual de débitos fiscais inscrito em dívida ativa da União. Estes parcelamentos estão rompidos e foram migrados para os parcelamentos da Transação Individual.

NOTA 19 – TRIBUTOS DIFERIDOS

19.1 Tributos Diferidos

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora								
	Tributos Diferidos Ativos				Tributos Diferidos Passivos				
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/ Lucro Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total	
Em 31 de dezembro de 2020	-	4.899	4.899	-	3.620	4.900	-	8.520	
Constituição dos Tributos	-	26.588	26.588	-	43.659	-	-	43.659	
Baixa dos Tributos	-	(273)	(273)	-	(10.264)	(211)	-	(10.475)	
Em 31 de dezembro de 2021	-	31.214	31.214	-	(6.644)	4.689	-	41.704	

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado									
	Tributos Diferidos Ativos				Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Prej. Fiscais e Base Negativa Lei 11.941/09	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/ Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de Dezembro de 2020	-	-	20.478	20.478	-	-	3.621	11.995	8.530	24.147
Constituição dos Tributos	-	-	37.105	37.105	-	-	44.671	-	-	44.671
Baixa dos Tributos	-	-	(363)	(363)	-	-	(10.945)	(226)	-	(11.171)
Em 30 de setembro de 2021	-	-	57.220	57.220	-	-	(7.324)	11.770	8.530	57.647

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização ou na compensação das diferenças temporárias ou até o montante de 30% dos tributos diferidos passivos provisionados.

19.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	443.239	231.035	448.064	252.613
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(38.025)	(133.662)	(38.372)	(130.750)
Adições e Exclusões Permanentes	31.155	130.042	41.613	159.568
Outros Ajustes	-	-	-	-
IRPJ / CSLL no Resultado	(6.870)	(3.620)	3.241	28.818
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(6.870)	(3.620)	3.241	28.818
Alíquota Efetiva	1,55%	1,57%	-0,72%	-11,41%

NOTA 20 – PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Custos a incorrer	-	126.297
	-	126.297

O valor de R\$ 126.297 no consolidado são custos a incorridos da arbitragem do projeto de Charqueadas, da controlada IESA Óleo & Gás S.A, cujos valores foram realizados neste exercício.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de venda de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados. Estes valores referem-se, principalmente, aos projetos já encerrados com pendências comerciais a serem discutidas.

NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Ativo não circulante		Ativo não circulante	
	Partes relacionadas		Partes relacionadas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	-	26.294	326	37.661
Enisa Energia e Infraestrutura S/A	17	-	17	-
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A	3	-	3	-
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	-	13.022	-	7
QUIP	-	-	268	-
	20	39.316	614	37.668
	Passivo não Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	234.115	320.511	238.219	324.598
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (ii)	9.871	10.759	10.410	10.759
IESA Óleo & Gás S.A. (ii)	165.176	24.786	-	-
Cia Brasileira de Diques S/A.	-	-	15.325	12.572
QGI - Brasil S/A	-	-	28.349	28.349
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.532	16.532	16.532	16.532
IESA Transportes S.A. (iii)	34.932	35.149	-	-
	460.626	407.737	308.835	392.810

- (i) sociedade controladora
 (ii) sociedade ligada
 (iii) sociedade controlada
 (iv) sociedade coligada

Contas Correntes – abaixo a movimentação das contas correntes com a empresa controladora e com as empresas ligadas.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Saldo em 31/12/2020	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2021
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	26.294	(26.294)	-	37.661	(37.335)	326
Enisa Energia e Infraestrutura S/A	-	17	17	-	17	17
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A	-	3	3	-	3	3
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	13.022	(13.022)	-	-	-	-
QUIP	-	-	-	7	261	268
	<u>39.316</u>	<u>(39.296)</u>	<u>20</u>	<u>37.668</u>	<u>(37.380)</u>	<u>614</u>
PASSIVO						
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	320.511	(86.396)	234.115	324.598	(86.379)	238.219
Cia Brasileira de Diques S/A.	-	-	-	12.572	2.753	15.325
QGI - Brasil S/A	-	-	-	28.349	-	28.349
Inepar Equipamentos e Montagens (ii)	10.759	(888)	9.871	10.759	(349)	10.410
IESA Óleo & Gás S.A. (iii)	24.786	140.390	165.176	-	-	-
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.532	-	16.532	16.532	-	16.532
IESA Transportes S.A. (iii)	35.149	(217)	34.932	-	-	-
	<u>407.737</u>	<u>38.642</u>	<u>460.626</u>	<u>392.810</u>	<u>(83.975)</u>	<u>308.835</u>

A evolução dos saldos decorre, principalmente, da movimentação de recebimentos e pagamentos e de outras transferências de numerários.

NOTA 23 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão. Tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	92.003	50.104
Adições	-	56.823
(-) Baixas	<u>(46.648)</u>	<u>(14.924)</u>
Saldo Final	45.355	92.003

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA			
	Possível		Provável	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (a)	92.713	93.077	3.355	15.891
Trabalhistas (b)	96.745	48.695	27.698	17.183
Tributárias (c)	14.837	10.983	14.302	58.929
	204.295	152.755	45.355	92.003

a) Cíveis

composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

- b) Trabalhistas - reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.
- c) Tributários - constituídos basicamente por processos da área municipal (IPTU/ISS), estadual (ICMS) e Federal (Pis/Cofins/IR/INSS), neste exercício complementamos os valores que constaram no extrato da Receita/PGFN, gerando o montante de R\$ 14.302.

NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Delft Administração e Participações S.A	3.112	3.378	3.112	3.378
Gastos com despesas aduaneiras a realizar	34	2.381	34	2.381
Otras contas a pagar	72.077	72.944	76.202	80.158
Circulante	75.223	78.703	79.348	85.917

No valor de R\$ 76.202 no consolidado estão incluídas as provisões dos passivos considerados no plano de recuperação judicial, cujos valores ainda não foram os respectivos documentos fiscais pertinentes.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social**

O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 200.809, representado por 200.808.514 (duzentos milhões, oitocentos e oito mil e quinhentos e quatorze) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal.

b) **Destinação Lucro**

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas/Prestação de serviços mercado interno	11.385	7.922	27.153	9.535
(-) Impostos sobre as vendas	(2.670)	(1.877)	(2.768)	(1.854)
	<u>8.715</u>	<u>6.045</u>	<u>24.385</u>	<u>7.681</u>

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da Iesa Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões.

NOTA 27 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Financeiras				
Financeiras (a)	(18.173)	(7.229)	(60.372)	(46.712)
Juros s/ impostos e contrib.	(15.803)	(8.189)	(26.855)	(8.237)
Outras despesas financeiras	(105)	(321)	(270)	(321)
Variações cambiais	-	(10.370)	(202)	(10.391)
Total de Despesas	(34.081)	(26.109)	(87.699)	(65.661)
Receitas Financeiras				
Financeiras	-	118	-	612
Outras receitas financeiras	(686)	133	2.013	133
Ressarcimento Pis/Cofins s/ICMS	33.558	-	33.558	-
Variações cambiais	357	112	357	112
Total de Receitas	33.229	363	35.928	857
	<u>(852)</u>	<u>(25.746)</u>	<u>(51.771)</u>	<u>(64.804)</u>

- a) Os valores de despesas financeiras são decorrentes, principalmente, das atualizações dos empréstimos e financiamentos.

NOTA 28 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de Claim's (a)	89.467	-	89.467	-
Impostos sobre Claim's	(8.348)	(19)	(8.348)	(229)
Despesas tributárias	(69.889)	(98.160)	(70.447)	(120.628)
Verbas rescisórias	(333)	(17.585)	(333)	(17.585)
Ociosidade da fábrica (b)	(4.151)	(12.961)	(4.151)	(12.961)
Provisão para futuras perdas	(23.272)	(12.557)	(30.479)	(14.202)
Reversão de provisões diversas (c)	80.534	29.867	232.130	58.114
Receitas de aluguel	432	-	432	-
Recuperação de despesas -Transação individual (d)	287.321	-	414.599	-
Ajustes de valor justo	-	-	-	(7.711)
valores da arbitragem Tupi/BV (e)	-	-	28.868	582.566
Outras receitas/despesas (f)	2.082	(7.415)	(115.090)	(98.291)
Resultado na venda do imobilizado	1.684	195	1.807	274
Total Líquido	355.527	(118.635)	538.455	369.347

a) Refere-se aos valores a receber de diversos processos judiciais, referente aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.

b) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos e ociosidade causado pela pandemia COVID-19.

c) As reversões das provisões foram efetuadas após novas análises sobre cada processo.

d) Refere-se aos valores da redução dos juros, multas e encargos incidentes sobre o parcelamento efetuado através da Transação Individual, assinado junto a PGFN, por conta da Lei nº 13.988, de 2020 e Portaria PGFN 9.917 que foram parcelados em até 120 parcelas, conforme detalhado na nota explicativa "18".

e) Complemento dos valores recebidos por conta dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto Charqueadas, conforme decisão da Corte Arbitral de Nova York.

f) No valor de R\$ 115.090, do consolidado, estão incluídos os valores de R\$ 54.681 referentes aos ressarcimentos do Pis/Cofins incidentes sobre o ICMS.s

NOTA 29 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora "ACE Seguradora S.A."

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	174.000	De 22/09/21 a 22/09/22

Garantia básica R\$ 1.000.000,00

Valores em risco R\$ 1.000.000,00

NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários	1.195	20.061	3.076	24.284
Gastos Previdenciários	210	1.832	294	3.154
Total	1.405	21.893	3.370	27.438

No exercício de 2021, diversos funcionários foram registrados na Inepar S/A Indústria e Construções.

NOTA 31 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas até este exercício os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração de Conselheiros	293	37	293	37
Remuneração de Diretores	1.374	2.871	2.569	5.213
Total	1.667	2.908	2.862	5.250

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO (Consolidado)

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Geração / Equipamentos	Gás/Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	11.385	15.768	27.153
Impostos/Deduções	(2.670)	(98)	(2.768)
Custos dos Produtos e Serviços	(11.870)	(3.931)	(15.801)
Total	(3.155)	11.739	8.584

NOTA 33 – RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	436.369	227.415
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações ordinárias emitidas	200.809	200.809
Total	<u>200.809</u>	<u>200.809</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação ordinária	2,173	1,132

NOTA 34 – TRATATIVAS QUE PODERÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;
- b) Dação em pagamento para Instituição Financeira do imóvel localizado no município de Charqueadas, sendo que esta dívida pertence a Classe II da Recuperação Judicial;
- c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.
- d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.
- e) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. Este trabalho vem sendo realizado através de uma Consultoria de renome internacional, a Alvarez e Marsal.
- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- h) Efetivação do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais, que culminou no fechamento da transação tributária que permitiu redução de aprox. R\$ 1,7 bilhões em dívidas fiscais.

NOTA 35 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que determinou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho – Presidente
Irajá Galliano Andrade – Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Valdir Lima Carreiro
César Romeu Fiedler


CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Araraquara - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

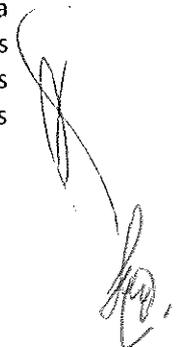
Limitação de escopo de auditoria

a) Confirmações externas de endividamento bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (RIG Oil & Gás Contractors Inc, QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e da investida FIDC Taranis, tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "13", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "1", às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2021, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras apresentam resultado positivo de R\$ 451.305 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 426.046 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfases

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa "22", a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa de R\$ 287.321 na controladora e R\$ 414.599 no consolidado, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas Operacionais", conforme disposto na nota explicativa "18". A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras comparativas do exercício anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com datas de 08 de julho de 2021. O relatório de auditoria foi emitido com ressalva sobre: I – Limitação de confirmações externas de endividamento bancário, II – Não auditoria nos consórcios e dos custos de serviços prestados e despesas incorridos e reconhecimento na controlada IESA Óleo e Gás – Em Recuperação Judicial e III - Continuidade Operacional (Pontos estes mantidos), contendo parágrafo de ênfase sobre: I - Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas. Esses assuntos permanecem em nosso relatório.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

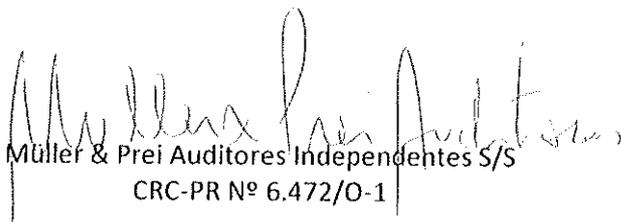


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

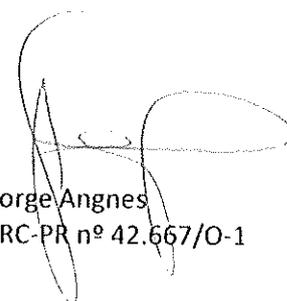
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de março de 2022.



Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1



George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

